DocuSigned by
Assinado por: VALEBRAVO EDITORIAL LTDA:11412985000189
CPF: 10198428808
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 26/04/2024 | 16:03:20 PDT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Jose dos Campos, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil
28ED9DBD215E4D8...

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Fundação Valeparaibana de Ensino

Praça Cândido Dias Castejon, nº 116 Centro - São José dos Campos - CEP: 12.245.720 - Fone (12) 3928-9800
CNPJ: 60.191.244/0001-20 - Inscrição Estadual - 645.070.494-112 - Inscrição Municipal - 18.083

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	23.321	41.090
Caixa restrito	3	1.274	298
Títulos e valores mobiliários	4	32.369	15.416
Contas a receber de alunos	5	17.503	15.817
Outras contas a receber	5.1	9.345	7.824
Estoques		118	95
Total ativo circulante		**83.930**	**80.540**
Não circulante			
Caixa restrito	3	166	148
Contas a receber de alunos	5	10.032	10.398
Depósito judicial	12	530	329
Propriedades para investimentos	6	14.729	14.889
Ativo imobilizado	7	152.240	153.267
Total do ativo não circulante		**177.697**	**179.031**
Total do ativo		**261.627**	**259.571**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		1.417	1.466
Empréstimos e financiamentos	8	1.354	1.250
Salários e contribuições sociais	9	8.514	7.868
Recursos destinados à inovação tecnológica	10	1.481	519
Matrículas recebidas antecipadamente		3.390	4.119
Receita a apropriar		240	75
Outras contas a pagar		462	937
Total passivo circulante		**16.858**	**16.234**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	2.188	3.542
Subvenção	11	6.763	7.182
Provisão para riscos trabalhistas	12	4.953	4.514
Outras contas a pagar		965	964
Receita a apropriar		840	-
Total do passivo não circulante		**15.709**	**16.202**
Patrimônio líquido	13		
Patrimônio social		142.192	103.487
Reserva de reavaliação		84.567	84.943
Superávit acumulado		2.301	38.705
		229.060	**227.135**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**261.627**	**259.571**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do superávit exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Anuidades de educação superior e básica	14	84.671	80.192
Receita operacional líquida	14	**84.671**	**80.192**
Custo dos serviços prestados	15	(71.608)	(64.744)
Resultado bruto		**13.063**	**15.448**
Receitas/(Despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	16	(18.513)	(16.071)
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	16	(1.337)	(1.915)
Depreciação de bens do imobilizado e propriedade para investimentos	16	(3.592)	(3.352)
Outras receitas	17	18.349	55.519
Outras despesas	16	(16.832)	(18.152)
(Déficit)/superávit antes do resultado financeiro		**(8.862)**	**31.477**
Resultado financeiro líquido	18	10.787	6.829
Superávit do exercício		**1.925**	**38.306**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávit acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**102.753**	**87.739**	**734**	**191.226**
Destinação do superávit do ano anterior ao patrimônio social	734	-	(734)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(2.796)	399	(2.397)
Superávit do exercício	-	-	38.306	38.306
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**103.487**	**84.943**	**38.705**	**227.135**
Destinação do superavit do ano anterior ao patrimônio social	38.705	-	(38.705)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(376)	376	-
Superávit do exercício	-	-	1.925	1.925
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**142.192**	**84.567**	**2.301**	**229.060**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit		1.925	38.306
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação de bens do ativo e propriedades para investimentos		3.592	3.352
Perda/(reversão) em créditos de liquidação duvidosa	5	1.337	1.915
(Ganho)/Perda na alienação de ativo imobilizado	7	548	(38.816)
Provisão para contingências		718	4.213
Ajuste a valor presente das contas a receber de alunos		(79)	(190)
Receita a apropriar		1.005	(150)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		-	829
		9.046	**9.459**
Aumento/(redução) dos ativos operacionais:			
Contas a receber de alunos		(2.577)	(5.839)
Demais contas a receber		(2.051)	(633)
Estoques (almoxarifado)		(24)	(32)
Depósitos judiciais		329	(21)
Aumento/(redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(49)	297
Salários e contribuições sociais		646	987
Recursos destinados à pesquisa científica e inovação tecnológica		962	(507)
Matriculas antecipadas		(729)	1.053
Contas a pagar		(475)	(32)
Subvenção diferida		(419)	(505)
Provisão para contingências (Pagamentos)		(279)	(289)
Caixa líquido das atividades operacionais		**4.380**	**3.938**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Compras de imobilizado	7	(2.952)	(2.788)
Venda de Imobilizado		-	40.268
Caixa líquido das atividades de investimentos		**(2.952)**	**37.480**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de financiamentos		(1.250)	(1.037)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		**(1.250)**	**(1.037)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**178**	**40.381**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		56.952	16.571
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		57.130	56.952
Aumento liquido de caixa e equivalentes de caixa		**178**	**40.381**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do superávit abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Superávit do exercício	**1.925**	**38.306**
Outros resultados abrangentes	376	399
Resultado superávit do período	**2.301**	**38.705**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Informações gerais

A Fundação Valeparaibana de Ensino ("Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa e voltada à Assistência Social na área da Educação, declarada de utilidade pública, nos âmbitos: Federal (Portaria nº 1.090/2000), Estadual (Lei nº 1.702/78) e Municipal (Lei nº 1.420/67); com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, está em pleno e regular funcionamento desde sua instituição em 24 de agosto de 1963, no cumprimento de suas finalidades; é imune de tributos sobre seu patrimônio, rendas e serviços, nos termos da alínea "c" do inciso VI do art. 150, da Constituição Federal do Brasil, e atende às exigências legais para usufruir da imunidade tributária, em consonância com o Código Tributário Nacional e também de isenções fiscais.

A Fundação possui a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS na área da educação, com vigência de 27 de maio de 2020 a 26 de maio de 2023, nos termos da Portaria nº 523, de 10 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2022; requereu a renovação de CEBAS Educação, por meio do processo protocolado tempestivamente sob o nº 23000.034721/2022-32, em 06 de dezembro de 2022, o qual se encontra no aguardo de análise, possuindo, portanto, nos termos da legislação vigente (art. 37, §2º da LC 187/2021 e art. 14 do Decreto 11.791/2023), certificado ativo.

Nos termos estatutários, as demonstrações contábeis são submetidas à análise e parecer do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, para posterior deliberação do Conselho Curador e, sendo aprovada, é remetida ao Ministério Público do Estado de São Paulo - Curadoria de Fundações.

Práticas ambientais, sociais e de governança

Pensar e atuar de maneira sustentável é um valor que praticamos em todos os níveis de ensino, juntamente com nossos colaboradores. Nossas ações ambientais estão focadas na educação ambiental, pois acreditamos que a mudança no comportamento tem o poder de transformação na trajetória de um mundo sustentável.

Todos os resíduos gerados pela FVE são segregados e destinados de acordo com a sua natureza, tendo sempre a reciclagem como primordial.

O respeito ao Meio Ambiente é um dos princípios da FVE, sendo parte de nosso compromisso a construção de um futuro sustentável. Nesse sentido, vale ressaltar que a instituição possui mais de 1.533.611,00m² entre áreas de recuperação e preservação.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente em todos os exercícios apresentados.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação em 26 de abril de 2024.

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), considerando a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07, aprovada pela Resolução nº 1.305/2010 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Interpretação Técnica Geral ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021(CEBAS), e Decreto nº 11.791/2023, que regulamenta a referida LC 187/2021.

2.1.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda oficial do país e funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra maneira, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.1.3 Demonstrações do fluxo de caixa

A entidade sem finalidade de lucro deve apresentar a Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

2.1.4 Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos de até 90 dias ou menos a partir da data de sua aplicação e com risco insignificante de mudança de valor.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Este cálculo, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

2.3. Caixa restrito

Incluem numerários com utilização restrita para desembolsos com gastos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica (nota 3), oriundos de plano de aplicação definidos em comum acordo com agências de fomento e, portanto, não podem ser utilizados nas operações da Fundação.

2.4. Títulos e valores mobiliários

Títulos e valores mobiliários estão representados por aplicações em fundos de investimento com prazo de resgate superior a 90 dias da data da aplicação e/ou mantidas até o vencimento, acrescidas dos rendimentos auferidos "pro rata temporis", são classificados como destinados à negociação e depositados em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating.

2.5. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício.

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra ou venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no superávit (déficit) do exercício quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do superávit (déficit) do exercício são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no superávit (déficit) do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de alunos e outras contas a receber.

c) Passivos financeiros

A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Fundação utiliza a

DocuSign Envelope ID: 909ABE26-2E07-4BEA-B0F1-D552F6557543

DocuSigned by
Assinado por: VALEBRAVO EDITORIAL LTDA:11412565000169
CPF: 10166423806
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2024 | 16:03:21 PDT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Jose dos Campos, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil
28EC90D8215E4D8...

Fundação Valeparaibana de Ensino

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Praça Cândido Dias Castejon, nº 116 Centro - São José dos Campos - CEP: 12.245.720 - Fone (12) 3928-9800
CNPJ: 60.191.244/0001-20 - Inscrição Estadual - 645.070.494-112 - Inscrição Municipal - 18.083

data de liquidação como critério de contabilização.
Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.
A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, matrículas recebidas antecipadamente e outras contas a pagar.
Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no superávit (déficit) do exercício quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no superávit (déficit) do exercício. A Fundação não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de alunos correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços educacionais. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.
A partir de 2016 a instituição concedeu ao aluno um produto de parcelamento privado denominado “Programa de Crédito Educativo Institucional – PROCRED”, com o propósito de ofertar uma alternativa de pagamento para o aluno que não obteve o FIES, PROUNI e bolsas institucionais. O produto tem como objetivo financiar o percentual limitado a 40% do valor das mensalidades.
O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Fundação registrou ajustes a valor presente em sua carteira de benefício de pagamento futuro nas parcelas vincendas.

2.7. Estoques

Compreendem substancialmente itens de almoxarifado e são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição.

2.8. Propriedades para investimento

Registradas ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada foram reclassificados da rubrica imobilizados, conforme estratégia de investimento da Fundação. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, avaliados em laudo técnico. A Fundação revisa o valor contábil de seus bens para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.10. Ativo imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou ao custo reavaliado. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as instalações onde estão localizados os campi da Fundação.
Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme nota explicativa nº 8.
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando necessário.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação de seus resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas / Outras despesas” no superávit (déficit) do exercício.
Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável.
O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no superávit (déficit) quando incorridos.
A Fundação reavaliou parte de seus bens do ativo imobilizado (terrenos, edificações, móveis e utensílios, veículos e equipamentos técnicos), de acordo com laudo de avaliação emitido por peritos independentes no exercício findo de 31 de dezembro de 2004. O ajuste de reavaliação à época, de R$ 95.179 mil, foi reconhecido no patrimônio líquido, tendo como contrapartida as respectivas contas do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação é realizada de acordo com a vida útil dos bens do ativo imobilizado.

2.11. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros
No fim de cada exercício, a Administração da Fundação revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o valor recuperável individual de um ativo, a Fundação calcula o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.
O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.
Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no superávit (déficit) do exercício.

2.12. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.
São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Matrículas recebidas antecipadamente

As receitas diferidas decorrem de recebimento antecipado do aluno referente às matrículas e são apropriadas ao resultado de acordo com o termo do contrato.

2.14. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no superávit (déficit) do exercício durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Fundação tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação.
A provisão para riscos trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

2.16. Patrimônio líquido

O patrimônio social é formado pelo superávit ou déficit acumulados, acrescido da parcela remanescente da reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado e acervo social originado de outros bens recebidos em doações.

2.17. Subvenção Governamental

A Fundação recebe subvenção governamental da Petrobras Brasileiro S.A. -PETROBRAS- Projetos - PETROBRAS, e a reconhece a título de subvenção apenas quando existe uma garantia razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições para a concessão. Os valores fornecidos pela PETROBRAS são registrados na rubrica "Recursos destinados à inovação tecnológica" até que a Fundação conclua o desenvolvimento de projetos relacionados. Após a aprovação concedida, a Fundação reclassifica a parte de subvenção originalmente registrada como “Recursos destinados à inovação tecnológica” para a rubrica "Subvenção" no passivo não circulante, a qual será reconhecido no resultado junto com as despesas de depreciação e/ou amortização do ativo imobilizado e ou intangível, para o qual o subsídio foi concedido.

2.18. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

2.19. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo de contratação recebida ou a receber pela prestação dos serviços. A Fundação reconhece a receita quando: (i) seu valor puder ser mensurado com segurança, (ii) for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Fundação: e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades, conforme descrição a seguir. A Fundação baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o perfil dos alunos, tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado.

2.20. Receitas de prestação de serviços educacionais

A receita compreende o valor justo de contratação recebida ou a receber pela prestação dos serviços, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos concedidos.
As receitas de prestação de serviços educacionais da Educação Superior e Educação Básica são fixadas nos termos da Lei nº 9.870/99-Decreto nº 3.274/99, e são reconhecidas mensalmente, quando tais serviços são prestados.

2.21. Outras receitas

Correspondem substancialmente a receitas de cessão de espaço físico da Fundação a taxas apropriadas ao superávit (déficit) do exercício à medida que são auferidas, bem como receita de convênios destinados à pesquisa científica e à inovação tecnológica mantida com entidades financiadoras de pesquisas e apropriadas ao superávit (déficit) do exercício em que os serviços são prestados.

2.22. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber por mensalidades em atrasos e renegociadas. São reconhecidas conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um ativo financeiro, a Fundação reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado de acordo com a taxa contratual, descontado à taxa livre de risco de mercado.

2.23. Ações assistenciais na área de Educação

Os custos e gastos dos Programas de Assistência Social, inseridos nas ações e medidas assistenciais na área da Educação, conforme o Plano de Atendimento 2023/2026 (sem computar o Programa de Bolsas de Estudo a Fundo Perdido e que se encontra detalhado na nota explicativa no 19), são registrados em conta específica na demonstração do superávit (déficit) do exercício, quando incorridos.

2.24. Novas normas e pronunciamentos contábeis

Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Entidade que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa (a)	33	26
Conta corrente (a)	91	335
Certificados de depósito bancário (a)	23.193	40.729
Total de caixa e equivalentes de caixa	23.317	41.090
Caixa restrito ativo circulante (b)	1.278	298
Caixa restrito ativo não circulante (b)	166	148
Total do caixa restrito	1.444	446
	24.761	**41.536**

A Rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, registrada no valor de R$ 23.317 em 2023 (R$ 41.090 em 2022), corresponde as disponibilidades em espécie, contas correntes bancárias e aplicações em CDB, depositados em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações em CDBs são atualizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), remunerados às taxas que se aproximam de 100% desse Indexador; representa os numerários com utilização restrita para desembolsos com gastos em projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica, mediante plano de aplicação específico e, portanto, não podem ser utilizados nas operações de ensino e Administração da Fundação.
A composição desses numerários restritos é assim demonstrada:

	2023	2022
Numerários em conta corrente	4	25
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	130
Títulos e valores mobiliários - Fundos de Investimento	1.440	291
	1.444	446
Circulante	1.278	298
Não circulante	166	148
	1.444	**446**

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados líquidos do caixa restrito, conforme segue:

	2023	2022
Disponibilidades	23.321	41.245
Caixa e equivalente de caixa - caixa restrito	(4)	(155)
Caixa e equivalente de caixa - balanço patrimonial	23.317	41.090

4. Títulos e valores mobiliários

A Rubrica “Títulos e valores mobiliários” registrada no valor de R$ 32.369 em 2023 (R$ 15.416 em 2022), corresponde as aplicações em fundos de investimento, acrescidas dos rendimentos auferidos “pro rata temporis”, são classificados como destinados à negociação e depositados em bancos de baixo risco de crédito avaliados por agências de rating. A taxa média de rendimentos dos títulos e valores mobiliários no exercício de 2023 foi de aproximadamente 11,00 % (aproximadamente 11,82% em 2022).

5. Contas a receber de alunos

	2023	2022
Anuidades a receber	11.862	13.404
Acordos anuidades a receber	24.661	21.835
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.988)	(9.024)
Total líquido	**27.535**	**26.215**
Benefício de pagamento futuro	-	11
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(11)
Total líquido	-	-
Total	**27.535**	**26.215**
Circulante	17.503	15.817
Não Circulante	10.032	10.398
	27.535	**26.215**

A Administração mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes com a Instituição, oferecem meios de pagamento ao aluno considerando seus respectivos limites de crédito e, se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido.
A composição das contas a receber de alunos por idade de vencimento é a seguinte:

	2023	2022
A vencer:		
Até 90 dias	4.219	6.494
De 91 a 365 dias	10.723	6.244
De 366 a 730 dias	6.954	7.425
De 731 a 1.095 dias	3.643	3.574
Acima de 1.096 dias	1.689	1.525
Total	**27.228**	**25.262**
Vencidos:		
Até 30 dias	1.476	1.487
De 31 a 60 dias	1.178	1.057
De 61 a 90 dias	861	3.339
De 91 a 120 dias	783	963
De 121 a 150 dias	621	565
Acima de 150 dias	4.376	2.577
Total	9.295	9.988
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(8.988)	(9.035)
Total	**27.535**	**26.215**

A Rubrica “Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa” foi constituída por parcelas vencidas acima de 90 dias, cujos valores provisionados seguem o critério da Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 e Decreto nº 8.242/2014 em que, para fins de certificação de Entidade Beneficente, se considera no cálculo alunos inadimplentes por período superior a 90 dias, com exceção das mensalidades em cobrança jurídica com probabilidade de recebimento subsequente provável, de acordo com o histórico de anos anteriores.
A Instituição adotou como política contábil a baixa dos títulos vencidos acima de 2 (dois) anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.
Para alunos que aderiram ao programa FIES até 2017, a Fundação constitui provisão para cobrir possíveis riscos de inadimplência dos participantes com o programa para a parte não coberta pelo fundo FGEDUC. O montante provisionado no passivo não circulante em 2023 é de R$ 900 (R$ 900 em 2022).
Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante pode ser utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2023 referem-se às parcelas dos alunos rematriculados no FIES pendentes de repasse pelo Governo Federal, compostas basicamente pelas mensalidades em dezembro, com recebimento previsto para os meses de janeiro a março de 2024.
A movimentação das perdas para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	9.035	9.538
Reversão	1.337	1.915
Baixas de valores incobráveis	(1.384)	(2.418)
Saldo final	**8.988**	**9.035**

A constituição e a baixa da provisão das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são registradas no superávit / (déficit) do exercício. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Esses valores são calculados levando em conta sua distribuição por período de vencimento e o histórico de realização do recebimento face ao esforço despendido nas diversas ações de cobrança junto aos inadimplentes.
Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação recebeu antecipadamente o montante de R$ 3.390 (R$ 4.119 em 31 de dezembro de 2022), referente a matrículas.

5.1. Outras contas a receber

Descrição	2023	2022
Pis 1º s/folha pagto Proc. 5000465-64.2016.4.03.6103	7.080	6.263
Outras contas a receber	2.265	1.561
	9.345	**7.824**

DocuSign Envelope ID: 909ABE26-2E07-4BEA-B0F1-D552F6557543

DocuSigned by
Assinado por: VALEBRAVO EDITORIAL LTDA:11412985000189
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 26/04/2024 | 16:03:22 PDT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
Emissor: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO

Fundação Valeparaibana de Ensino

Praça Cândido Dias Castejon, nº 116 Centro - São José dos Campos - CEP: 12.245.720 - Fone (12) 3928-9800
CNPJ: 60.191.244/0001-20 - Inscrição Estadual - 645.070.494-112 - Inscrição Municipal - 18.083

"A FVE possui um crédito a receber da União (Fazenda Nacional) no valor de R$ 7.080 atualizado até 31/12/2023 pela SELIC - calculada de forma simples, referente ao PIS sobre a Folha de Salários do período de 04/11/2016 a 20/09/2018; o referido valor atualizado decorre dos cálculos que foram homologados pelo Juízo, no importe de R$ 4.892, até o mês 05/2020, nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença, decorrente da procedência da ação ajuizada pela FVE, em face da União (Fazenda Nacional) na Ação de Declaração de Inexistência de Obrigação Tributária e Suspensão da Exigibilidade do PIS sobre a folha de salários (Processo nº 5000465-64.2016.4.03.6103 - 2ª Vara JF/SJC), com sentença transitada em julgado em 10/12/2019, por ser a FVE instituição imune e regularmente certificada como entidade beneficente de assistência social na área da educação. A Ação de Cumprimento de Sentença referida encontra-se suspensa em face da Interposição de Agravo de Instrumento pela União (Fazenda Nacional) (Processo TRF-3, nº 5031856-37.2021.4.03.0000), em 21/12/2021, reivindicando honorários sucumbenciais decorrentes da Ação de Cumprimento de Sentença. A FVE apresentou resposta em 01/02/2022. O processo aguarda andamento pelo Tribunal -TRF-3, desde 03/02/2022."

6. Propriedades para investimentos

	2023	2022
Caçapava	299	299
Campos do Jordão	6.974	6.974
Terrenos	**7.273**	**7.273**
Caçapava	5.463	3.874
Campos do Jordão	6.012	6.012
Edificações	**11.475**	**9.886**
Caçapava	(1.655)	(8)
Campos do Jordão	(2.364)	(2.262)
Amortização acumulada	**(4.019)**	**(2.270)**
Saldo contábil, líquido	**14.729**	**14.889**

A propriedade localizada em Campos de Jordão está alugada atualmente.
A propriedade para investimento é divulgada pelo método do custo e depreciada a uma taxa de 2% ao ano.

7. Imobilizado
a) Composição

	Média da vida útil em anos	Custo	Depreciação acumulada	2023	2022
Terrenos		58.230	-	58.230	58.230
Edificações e benfeitorias	90	128.539	(45.737)	82.802	81.140
Equipamentos e instalações	14	30.036	(23.956)	6.080	5.135
Informática	8	12.681	(10.409)	2.272	1.809
Biblioteca	10	3.787	(3.414)	373	430
Veículos	8	2.598	(2.572)	26	92
Móveis e utensilios	16	14.705	(11.838)	2.867	2.252
Obras em andamento		-	-	-	4.179
Redução Valor Recuperável		(410)	-	(410)	-
		250.166	**(97.926)**	**152.240**	**153.267**

b) Movimentação

	2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	Ajuste Exercicio Anterior	2023
Terrenos	58.230	-	-	-	-	-	58.230
Edificações e benfeitorias	81.140	430	-	(1.275)	2.507	-	82.202
Equipamentos e instalações	5.135	267	(1)	(733)	1.384	29	6.080
Informática	1.809	1.326	(56)	(858)	16	34	2.272
Biblioteca	430	56	(1)	(112)	-	-	373
Veículos	92	-	-	(66)	-	-	26
Móveis e utensilios	2.252	866	(11)	(391)	142	9	2.867
Obras em andamento	4.589	7	(549)	-	(4.049)	2	-
Redução Valor Recuperável	(410)	-	-	-	-	-	(410)
	153.267	**2.952**	**(618)**	**(3.436)**	**-**	**74**	**152.240**

No exercício de 2023 a depreciação dos bens reavaliados foi de R$ 376 (R$ 399 em 2022), em consequência, o mesmo montante foi transferido da reserva de reavaliação para déficit acumulado.
Máquinas incluem os seguintes valores nos casos em que a Fundação é a arrendatária em operação de arrendamento financeiro:

	2023	2022
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	2.420	2.420
Depreciação acumulada	(2.407)	(2.396)
Saldo contábil, líquido	**13**	**24**

8. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média de juros e comissões - % ao ano	2023	2022
Cédula de crédito bancário	100% do CDI + 3,52 %	3.542	4.792
Circulante		1.354	1.250
Não circulante		2.188	3.542
Total		**3.542**	**4.792**

A Cédula de crédito bancário tem como garantia a aplicação financeira restrita no Banco e os recebíveis. Os contratos acimas não possuem cláusulas contratuais restritivas (covenants) financeiras.
As parcelas têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2024	1.354
2025	1.250
2026	938
Total	**3.542**

9. Salários e contribuições sociais

	2023	2022
Salários	2.669	2.522
Provisão de férias	2.698	2.460
FGTS sobre folha de pagamento	644	597
INSS sobre folha de pagamento	400	379
IRRF sobre folha de pagamento	1.765	1.639
Consignação	243	204
Pensão alimentícia	14	11
Bolsa auxílio estagiários	19	21
Outros encargos	62	35
Total	**8.514**	**7.868**

10. Recursos destinados à inovação tecnológica

	2023	2022
Petrobrás -CENPES-III (i)	1.157	127
Outros projetos (ii)	324	392
Total	**1.481**	**519**

Correspondem, substancialmente, aos convênios realizados entre:
(i) PETROBRAS CENPES III - N. 0050.0125122.23.9. O presente termo de cooperação tem por objeto a união de esforços dos PARTICIPES para o desenvolvimento do Projeto de P & D intitulado "Diversificação de cargas renováveis para coprocessamento de diesel ". Assinado em 22.10.2023 com vigência de 545 dias a contar da data de assinatura vencendo em 22.04.2025
(ii) -TERMO DE FOMENTO 17/2022- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS e Fundação Valeparaibana de Ensino, assinado em 20.09.22, vigência de 24 meses a partir da data de assinatura. OBJETO: O PRESENTE TERMO DE FOMENTO, cujas disposições as partes se obrigam a cumprir fielmente (segundo os parâmetros do edital de chamamento público Nº 02/SEURBS/2021), terá por objeto a execução do projeto recebimento, tratamento, reabilitação e destinação de "PSITACIFORMES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS- SP ORIUNDOS DE APRESENTAÇÃO OU ENTREGA VOLUNTARIA", nos termos do PLANO DE TRABALHO, PROPOSTO pela OSC e aprovado pelo MUNICÍPIO, juntado a fls. 51/76 do Processo Administrativo no. 54951/2022, em decorrência do Edital de Chamamento Público nº. 02/SEURBS/2021.
- PROJETO GAEMA / NVP - MP- SP- PROCESSO: 0005370-08-2017-8-26-034, Univap e INPE, Objeto: Mapeamento das intervenções provocadas pela exploração minerária e expansão urbana na várzea do rio Paraíba do Sul – SP, assinado em 12/03/2021. Vigência 12/04/2022 da 1ª fase. Estamos aguardando o encerramento definitivo.
- Em julho de 2003, a Fundação foi contratada pela São Paulo Transporte S.A. - SPTRANS para desenvolvimento, projeto, implantação e certificação dos seguintes itens: sistema de guiagem magnética do Sistema VLP - veículo leve sobre pneus e 15 protótipos, sistema inteligente de gestão de terminais e paradas, sistema de monitoramento automático da frota e suporte tecnológico à operação dos sistemas anteriormente descritos pelo prazo de doze meses após a entrega de cada sistema, no valor inicial de R$19.206.
A viabilização dos projetos é efetuada pela transferência dos recursos à Fundação, objetivando a execução dos projetos e/ou planos de trabalho aprovados pelos referidos órgãos, sendo o depósito efetuado em conta bancária específica de titularidade da Fundação. Os recursos recebidos relacionados a esses convênios são registrados no passivo circulante para fazer face aos gastos incorridos, que são registrados em contrapartida dessa conta quando incorridos, mediante a apresentação de relatórios às entidades provedoras dos recursos.
Eventual sobra de recursos é devolvida às entidades provedoras. Ao final dos projetos, quando aplicável, os itens de imobilizado adquiridos ou construídos durante sua execução são doados à Fundação. A Fundação recebe subvenção governamental da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, e a reconhece a título de subvenção apenas quando existe uma garantia razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições para a concessão. Os valores fornecidos pela FINEP são registrados na rubrica "Recursos destinados à inovação tecnológica" até que a Fundação conclua o desenvolvimento de projetos relacionados. Após a aprovação concedida, a Fundação reclassifica a parte de subvenção originalmente registrada como "Recursos destinados à inovação tecnológica" para a rubrica "Subvenção" no passivo não circulante.

11. Subvenções
As verbas de subvenções recebidas para custeio e investimento observam os procedimentos e critérios previstos na "Seção 24 do CPC PME (R1) (Subvenção Governamental) ". O valor da depreciação não realizada em 2023 corresponde saldo de Subvenções diferidas no valor de R$ 6.763 (em 2022 R$ 7.182), conforme quadro a seguir:

	2023	2022
FINEP - Expansão Parque Tecnológico	3.479	3.516
FINEP -Infraestrutura de Pesquisa para Latu e Stricto Sensu	2.026	2.345
Outros - Engep/Tamoios	1.258	1.321
Total	**6.763**	**7.182**

12. Provisão para riscos processuais
Todos os processos em que a Fundação está envolvida são amparados por depósitos judiciais, quando exigíveis. As provisões para perdas prováveis com processos são estimadas e atualizadas pela Administração com base na opinião de seus consultores jurídicos.
A Fundação apresenta passivos relacionados com riscos trabalhistas, sendo a movimentação de provisão demonstrada a seguir:

	2022	Adições	Pgto	Reversão	2023
Provisão	4.514	936	(279)	(218)	4.953
	4.514	**936**	**(279)**	**(218)**	**4.953**

	2022	Adições	Pgto	Reversão	2023
Depósito Judiciais	329	223	(22)	-	530
	329	**223**	**(22)**	**-**	**530**

(a) Perdas possíveis jurídico
Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as perdas possíveis não são registradas por serem considerados passivos contingentes. A Fundação possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e com base na avaliação de seus consultores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Tributárias	9.891	9.891
Cíveis - perdas e danos	5	-
Trabalhistas	-	948
	9.896	**10.839**

13. Patrimônio líquido
O patrimônio social incluído no patrimônio líquido é formado pelos superávits ou déficits acumulados apurados. O superávit (déficit) do exercício anterior é transferido para a Rubrica "Patrimônio social" e compõe o saldo inicial dessa rubrica no exercício seguinte.
O saldo remanescente da reserva de reavaliação decorre da valorização imobiliária e patrimonial de terrenos, edificações, móveis e utensílios, equipamentos técnicos e de informática e veículos, apurada mediante avaliação realizada por empresa especializada e aprovada pelo Conselho da Fundação em 11 de novembro de 2004. A realização da reserva ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados e é transferida para superávit (déficit) acumulado.
Os órgãos superiores da Fundação compreendem os Conselhos Curador, Administração e Fiscal e a Presidência. Na forma de seu estatuto, a Fundação não remunera nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, direta ou indiretamente, aos membros dos órgãos superiores, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas. A Fundação não realizou nem realiza operações com partes relacionadas.

14. Receita líquida de serviços prestados

	2023	2022
Anuidades de educação:		
Ensino superior	87.441	83.325
Ensino básico	35.617	32.387
Bolsa de estudo Prouni	(14.471)	(12.247)
Bolsa de estudo instituicional superior	(2.299)	(1.925)
Bolsa de estudo instituicional básico	(5.327)	(4.818)
Descontos concedidos	(12.317)	(12.393)
Descontos convênios	(3.790)	(3.922)
Cancelamentos superior	(102)	(129)
Cancelamentos básico	(80)	(86)
Total	**84.671**	**80.192**

15. Custos de serviços prestados

Descrição	2023	2022
Salários	(55.061)	(49.875)
Encargos	(4.882)	(4.523)
Benefícios	(11.665)	(10.346)
Total	**(71.608)**	**(64.744)**

No ano letivo de 2023, a instituição acordou com sindicato de categoria o dissídio para seus colaboradores, onde para a Educação Básica foi aplicada de forma fracionada o percentual de 6,09% em março + abono de 18% a partir de setembro. Para o Ensino Superior conforme dissídio da categoria incorreu o percentual de 7,87% no ano + pagamento de um abono correspondente a 25% do salário base.

16. Despesas comerciais, gerais e administrativas

Descrição	2023	2022
Pessoal e encargos sociais	(18.513)	(16.071)
Serviços de Terceiros	(3.764)	(3.053)
Comercial publiciade e propaganda	(1.350)	(753)
Material didático	(702)	(558)
Energia elétrica, agua e esgoto	(1.931)	(1.423)
Manutenção e conservação	(1.622)	(1.737)
Outras despesas gerais e administrativas	(4.314)	(3.982)
Contribuições a Associações	(655)	(571)
Aluguéis de equipamentos	(570)	(517)
Provisão trabalhista	(440)	(4.213)
Material de uso e consumo	(1.486)	(1.344)
Depreciação e amortização	(3.592)	(3.352)
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	(1.337)	(1.915)
Total	**(40.276)**	**(39.490)**

17. Outras receitas operacionais

Descrição	2023	2022
Prestação de serviços	3.894	2.680
Pis 1º s/folha pagto Proc. 5000465-64.2016.4.03.6103	817	690
Taxa de material e administrativa	4.518	3.382
Contribuições fundo de pesquisa	5.785	5.774
Ressarcimento de despesas	2.479	2.132
Doações e contribuições	349	236
Outras receitas	508	40.625
Total	**18.350**	**55.519**

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	7.291	2.539
Juros e multas de anuidades em atraso	4.602	5.603
Atualização monetária	(79)	(191)
	11.814	**7.951**
Despesas financeiras		
Juros e multas	(671)	(744)
Desconto Concedidos	(2)	(11)
Outras despesas financeiras	(353)	(367)
	(1.026)	(1.122)
Resultado financeiro líquido	**10.787**	**6.829**

19. Gratuidades: ações e medidas assistenciais na área de educação
O cálculo da gratuidade da Entidade está demonstrado em conformidade com a Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, e pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, com base na proporção entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos pagantes, na proporção de 1/9 e 1/5, conforme determina a legislação mencionada. Utilizada a Calculadora Social, a Fundação em 2023 e 2022 cumpriu a exigência legal, conforme o quadro seguinte:

DocuSign Envelope ID: 909ABE26-2E07-4BEA-B0F1-D552F6557543

DocuSigned by
Assinado por: VALEBRAVO EDITORIAL LTDA:11412985000189
CPF: 10168428806
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 26/04/2024 | 16:03:23 PDT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
L: Sao Jose dos Campos, S: SP, C: BR
Emissor: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil
28ED9BDB215E4D8...

Fundação Valeparaibana de Ensino

Praça Cândido Dias Castejon, nº 116 Centro - São José dos Campos - CEP: 12.245.720 - Fone (12) 3928-9800
CNPJ: 60.191.244/0001-20 - Inscrição Estadual - 645.070.494-112 - Inscrição Municipal - 18.083

Educação Superior COM PROUNI	2023	2022
Total de alunos matriculados (a)	3.749	3.671
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	72	60
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005-PROUNI)	450	343
Alunos bolsa integral (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)	-	-
Numero total de alunos com bolsa integral (LC 187/2021) (b)	522	403
Outras bolsas integrais (c)	158	166
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação especifica regulares (d)	460	355
Alunos inadimplentes (e)	28	48
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d) - (e)	2.581	2.699
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	65	49
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	373	294
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação stricto sensu) (LC 187/2021)		
Numero total de alunos com bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	438(/2 = 219)	343(/2 = 171)
Outra bolsas parciais		-
Benefícios complementares convertidos em bolsa integral		-
Verificação do atendimento aos artigos 13,13-A e 13-B da LC 187/2021	Art.13-A	Art.13-A
Quantidade minima de bolsas 1/5 (educação superior sem PROUNI - 1/4)	Atende	Atende
Quantidade minima de bolsas 1/9	Atende	Atende
Benefícios complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)		

Educação básica	2023	2022
Total de alunos matriculados (a)	2.390	2.335
Alunos bolsa integral (LC 187/2021)	192	174
Alunos com bolsa integral e com deficiencia (LC 187/2021)	-	-
Alunos c/ bolsa integral e em tempo integral (LC 187/2021)	85 (x1.4 = 119)	100 (x1.4 = 140)
Numero total de alunos c/ bolsa integral (LC 187/2021) (b)	277(311)	274(314)
Outras bolsas integrais (c)	188	179
Alunos inadimplentes (e)	45	6
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d) - (e)	1.880	1.876
Alunos bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	151	147
Numero total de alunos c/ bolsa parcial de 50% (LC 187/2021)	151 (/2 = 75)	147 (/2 = 73)
Outra bolsas parciais	-	-
Benef. complementares convertidos em bolsa integral	7	2
Verificação atendimento aos artigos 13,13-A, 13-B da LC 187/2021	Art.13-A	Art.13-A
Quantidade minima de bolsas 1/5 (educação superior s/PROUNI-1/4)	Atende	Atende
Quantidade minima de bolsas 1/9	Atende	Atende
Benef.complementares (limite de até 25% do total de bolsas integrais)		

Demonstração das aplicações

(a) Receita

Anuidades	2023	2022
Anuidades (educação superior e educação básica)	84.671	80.192
Perda (reversão) em créditos de liquidação duvidosa	(1.337)	(1.915)
	83.334	**78.277**
(i) Aplicação em gratuidades: Bolsas de estudo	22.098	18.989
(ii) Aplicação em gratuidades: ações assistenciais	112	40
	22.210	**19.029**

(b) Receita (com gratuidades e sem gratuidades NBC T 10.19 - Entidades sem Finalidade de Lucros)

Receitas:	2023	2022
Anuidades:		
Anuidades (Educação Superior e Educação Básica)	84.671	80.192
Outras receitas	18.350	55.519
Receitas financeiras, líquidas	10.787	6.829
	113.808	**142.540**

(c) Demonstrativo da isenção das contribuições sociais

	2023	2022
Aplicação em gratuidades: medidas e ações assistenciais	68.041	61.119
Quota patronal - 20%	13.608	12.224
RAT - 1%	680	611
Terceiros - 4,5%	3.062	2.750
Contribuinte individual	141	141
Contribuições sociais usufruídas	**17.491**	**15.726**

(d) PROUNI e FIES

A Fundação, em observância à Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que substituiu a MP no 213 de 10 de setembro de 2004, aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI por meio do termo de adesão de 2 de dezembro de 2004, e vem renovando, semestralmente, sua adesão, mantendo-se ativa no referido programa até a presente data, cumprindo a legislação pertinente. Em 2009 a Fundação aderiu ao FIES/MEC, estando igualmente cumprindo os respectivos dispositivos legais.

20. Adequação das receitas com as despesas com pessoal

A Fundação aplicou 67 % de sua Receita de mensalidades/anuidades educacionais em Custos/Despesas com Pessoal Docente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 e parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação, demonstrado a seguir:

	2023	2022
Receitas de mensalidades / anuidades educacionais superior	70.670	69.153
Receitas de mensalidade com gratuidades - Bolsas	16.771	14.171
(-) Deduções das receitas		
Bolsas de estudos Prouni - Integrais 100%	(10.040)	(8.723)
Bolsas de estudos Prouni - Parciais 50%	(4.431)	(3.523)
Bolsas de estudos Institucionais - Integrais 100%	(1.625)	(1.330)
Bolsas de estudos Institucionais - Parciais 50%	(674)	(594)
Outras bolsas de estudo	(4.643)	(4.291)
Devoluções e cancelamentos	(102)	(129)
Descontos concedidos	(12.317)	(12.393)
(=) Receitas líquidas de mensalidades / anuidades educacionais	**53.609**	**52.341**
Custos / Despesas com pessoal Docente	35.663	32.392
Percentual de adequação	**67%**	**62%**

Trabalho voluntário

A Instituição no desenvolvimento de suas atividades recebe prestação de serviços oferecidos por Pessoas Físicas (pró-bono).

Em atendimento à Resolução nº 1.409/12 a Instituição avalia os valores envolvidos e conclui que não são relevantes, motivo pelo qual não demonstra os valores de receitas, despesas e custos relativos aos trabalhos voluntários realizados e recebidos.

Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Fundação a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Visando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, o departamento de finanças da Fundação gerencia os riscos de forma a identificar, avaliar e proteger a entidade de eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de taxas de juros

É oriundo da possibilidade de a Fundação vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Fundação adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas adicionadas à variação do CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Complementarmente, a Fundação faz opção por produtos financeiros de perfil conservador de forma a evitar riscos de flutuações que possam pôr em risco seus Ativos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de alunos em aberto. A Fundação avalia a qualidade do crédito das contas a receber, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores nos limites previstos na legislação.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Fundação que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez, para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração o cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Fundação investe o saldo de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nesse campo de operações, por princípio, a Fundação faz opção conservadora na escolha de produtos e agentes financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Fundação, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa "Não Descontados contratados".

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2023:		
Financiamentos (nota 9)	1.354	2.188
Fornecedores	1.417	-
Recursos destinados à pesquisa científica e inovação tecnológica	1.481	-
Matrículas recebidas antecipadamente	3.390	-
Em 31 de dezembro de 2022:		
Financiamentos (nota 9)	1.250	3.542
Fornecedores	1.466	-
Recursos destinados à pesquisa científica e inovação tecnológica	519	-
Matrículas recebidas antecipadamente	4.119	-

21. Cobertura de seguros (não auditado)

A Fundação adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não foram escopo de auditoria pelos nossos auditores independentes.

22. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data, quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Fundação.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Fundação Valeparaibana de Ensino
São José dos Campos - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Valeparaibana de Ensino ("Fundação")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem fins Lucrativos, (ITG 2002), e Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 01 às demonstrações contábeis, que menciona que o pedido de renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, na área da educação, ainda se encontra em análise pelo órgão competente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por nós, cujo parecer datado de 27 de abril de 2023, não continha modificação de opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidade Sem fins Lucrativos (ITG 2002), e Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como, parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 26 de abril de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 027006/O-4 F

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

PARACER DO CONSELHO FISCAL

"O Conselho Fiscal, da Fundação Valeparaibana de Ensino, nos termos do art. 29 do Estatuto da FVE, após examinar o Balanço Patrimonial da Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2023 e as correspondentes demonstrações do déficit/superávit dos exercícios, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, auditadas e com parecer sem ressalvas, dos Auditores Independentes da BDO RCS Auditores Independentes SS, bem como as provas nos registros contábeis e outros procedimentos técnicos e legais julgados necessários, são de opinião de que as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino, pelo que recomendam a sua aprovação pelos órgãos competentes da Fundação"

Dr. Ricardo Augusto Scarpel
Presidente

Eliane Fátima de Moraes
Conselheiro

Tânia Marcele F. Mendonça
Conselheiro

DIRETORIA

Prof. Dr. Eduardo Jorge de Brito Bastos
Presidente

Prof. Dr. Jose César de Faria
Vice-Presidente

Helena Cristina de Paula
Contadora
CRC – 1SP 223123/O-0